

UNIVE

“Em todos os tempos, a Aufklärung no sentido mais amplo do pensamento progressista, teve como alvo liberar os homens do medo e torná-los soberanos. Mas a terra, inteiramente ‘iluminada’, resplandece sob o signo das calamidades que se encontram em toda parte”.

A dorno pronuncia este juízo em epígrafe ao comentar a obra de Francis Bacon. O espetáculo que atualmente aparece sob a intensa luz da razão justifica essas palavras: as mais poderosas criações do pensamento científico tomaram-se instrumentos de violência e opressão integrando-se ao estado de guerra em que o mundo se encontra; nas grandes artes deste século, a televisão e o cinema, o progresso técnico raras vezes se fez acompanhar da finura espiritual. Na esfera pública, em nosso país, o governo vigente efetiva as piores facetas da burocracia, alegando “racionalizar” a administração: privilegia as “carreiras de Estado”, de competência repressora e

RSIDADE

E

punitiva (“técnicos” do governo, exército, polícia, fisco, juízes), excluindo serviços públicos essenciais como a educação e a saúde. Na verdade, toda a máquina do Estado está sendo remontada de modo a isentá-lo das obrigações democráticas elementares, a fim de maximizar os recursos a serem canalizados em favor do pequeno e fantasioso — porque frágilimo face às pressões internacionais — poder pessoal dos atuais governantes e de uma oligarquia improdutiva, portadora da modalidade mais

MARIA SYLVIA CARVALHO FRANCO

deletéria e inseqüente de exploração, o capital financeiro.

Tudo isso, no grande registro mundial ou no horizonte restrito de nossa província recolonizada, poderia nos fazer duvidar das milenares esperanças postas na força do pensamento e na eficácia dos saberes racionais, nas suas possibilidades civilizatórias e produtoras da cultura, capazes de resgatar a dignidade da vida humana. Vendo o crescente uso predatório do Estado, com seus múltiplos resultados letais, ficamos a imaginar-se, nos tempos modernos, os teóricos da sociedade civil fundada no contrato não teriam pressuposto um ato de vontade impossível e se não seríamos inapelavelmente dominados pelas paixões mais primitivas, as bestas feras do estado de natureza. Assim sendo, para o ser humano ontologicamente malévolos, imobilizado na sua essência, não haveria salvação de ordem histórica ou sociocultural.

Esta pergunta feita, através dos séculos, pelos pensadores que esquadriharam o destino político e religioso da humanidade tem sido respondida de modos diferentes. Entretanto, na longa história desse

problema, mesmo os que negaram o livre-arbítrio humano face aos desígnios da Providência, como Lutero, o admitiram na vida secular. Embora filósofos como Espinosa, Diderot e outros representantes das Luzes também o tenham recusado, não deixaram de atribuir forte ênfase à liberdade humana unida ao saber e à razão. Deve-se notar, ainda, que dos gregos e romanos antigos, até a Renascença e

NIZACÃO,

MODER

MARIA SYLVIA CARVALHO FRANCO
é professora do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e autora de *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (Kairós).

Idade Moderna, as esperanças de desenvolvimento intelectual, sensível e socio-político da humanidade repousaram na ciência, na tecnologia e, acoplada a elas, na educação. Mesmo as figuras mais eminentes da crítica romântica dirigida contra as formas de saber constituídas na ordem laica, secular e democrática legada pela Revolução Francesa, não deixaram de atribuir à intuição intelectual, que preconizavam em lugar da fria e mecânica racionalidade moderna, uma tarefa decisiva, a educação do gênero humano. O foco de todas essas teorias, nas suas várias vertentes, é o poder político, ao qual ligam-se, por muitos modos e mediações, o conhecimento e a prática humanos. Passo a lembrar um pouco a história desse nexos, valendo-me do filósofo que, no alvorecer dos tempos modernos, primeiro o formulou de modo explícito: “*knowledge and power meet in one*”, diz o célebre aforisma de F. Bacon.

A Inglaterra de Bacon foi portadora de profundas mudanças nas ciências e nas artes, articuladas a transformações políticas. Em sua época constituiu-se um imenso saber erguido sobre novas representações do mundo fenomênico e dos métodos capazes de conhecê-lo e transformá-lo. Essa transfiguração da cultura implicou na pesquisa empírica meticulosa, impulsionando as investigações sobre direito, língua e literatura, arqueologia, história, medicina e disciplinas fundamentais. Todo esse enorme complexo foi gerado e desenvolvido, em meio a repressões e censuras, rumo às mudanças que instauraram o conceito moderno de soberania, contrapondo a fundamentação empírica do poder político ao direito divino dos reis. O levantamento direto dos materiais estudados, a crítica das fontes, a erudição e os pacientes métodos de pesquisa, o acúmulo e a continuidade do saber, a exposição eficaz, nascem imbricados nas lutas do século XVI. Nesse sentido, sobejam razões para a sentença de Bacon sobre a identidade entre conhecimento e poder. Sua *Instauratio Magna* assinala o momento em que ciência e política conjugaram-se na formação do mundo moderno, permitindo colher *in nuce* os elementos

construtivos e predatórios que podem resultar da representação do universo, humano e natural, centrada no seu controle. A leitura de Bacon não nos deixa perder de vista as implicações universais dos vínculos entre objetivos da cultura e interesses dominantes (1).

São decisivas, para nosso próprio tempo, suas reflexões sobre as bases necessárias para o avanço na ciência: seus preceitos de ordem institucional estipulam exigências de pagamentos adequados, de integração e constância nas pesquisas, de prudência na direção dos trabalhos. Para as sedes dessas atividades são requeridos prédios adequados, proventos suficientes, bibliotecas completas de obras antigas e edições novas, laboratórios equipados para observações e experimentos, ordenação legal sustentando tudo isso. Quanto aos próprios letrados, seria preciso garantir remuneração atraente, professores capazes de ensinar as artes já conhecidas, preservando o patrimônio acumulado, e também aptos a contribuir para as ciências ainda não elaboradas, abrindo caminho para resultados novos (2). Através dos séculos, essas bases têm se mostrado imprescindíveis ao sucesso do trabalho científico; apenas entre nós, recentemente, elas foram descuradas por supérfluas, face às “verdadeiras” atribuições do Estado, como verter uma dinheirama para acudir bancos comprometidos e mercados voláteis. Verbas aplicadas em pesquisas teriam um destino bem melhor.

Para que se avalie o abismo entre as condições que hoje vivemos e as exigências *imanes* à constituição e desenvolvimento das ciências modernas, basta transcrever as considerações de Bacon sobre o estatuto do professor:

“Seguramente reprovoo o ínfimo estipêndio atribuído aos preletores em artes e profissões. Pois é muito necessário, para o progresso das ciências, que eles sejam excelentes e versados, que sua obra não se faça para uso transitório, mas para manter a sucessão do conhecimento através dos séculos. E isso não acontecerá, a menos que

1 Cf. Ch. Webster, *The Great Instauration. Science, Medicine and Reform*, London, Duckworth, 1975; R. F. Brinkley, *Arthurian Legend in the Seventeenth Century*, cap. I, (The Trojan and the Saxon original), Baltimore, Johns Hopkins, 1932; F. J. Levy, *Tudor Historical Thought*, San Marino, Ca. Huntington Library, 1967; E. N. Adams, *Old English Scholarship in England from 1566-1800*, New Haven, Yale Un. Press, 1917; Cr. Hill, *The Puritan Revolution*, London, Panther, 1964, cap. I (The Norman Yoke).

2 F. Bacon, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. II, prefácio, in *The Works of Francis Bacon*, Faksimile-Neudruck Der Ausgabe von Spedding, Ellis und Heath... Friedrich Fromman Verlag, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1963. Texto latino: vol. I, pp. 486-7; texto inglês, vol. III, pp. 284-5. A esta edição reportam-se as demais citações de Bacon, exceto quando especificado.

sua condição e recompensa sejam tais que eminentíssimos professores possam ficar, nessa arte, plenamente satisfeitos [...] os preletores em ciências e artes conservam e têm a custódia de todo o estoque de conhecimentos que nutre a parte ativa e militante da Ciência” (3).

Os juízos de Bacon não poderiam ser mais urgentes e atuais que em nosso mundo contemporâneo onde o trabalho universitário foi aviltado ao máximo, onde deliberadamente as instituições produtoras do saber são degradadas, onde a formação do pessoal docente é preterida e a dos alunos imprudentemente abreviada para alimentar o mercado com safras rápidas. A baixa da qualidade do ensino é, assim, correlata ao desrespeito pelas pessoas nele envolvidas – tanto professores quanto alunos – que devem se tornar instrumentos reprodutores de opiniões colhidas em segunda mão, sobre aparências imediatas e fugazes, com frutos a serem rapidamente comercializados. A qualidade do saber é, portanto, na raiz, de ordem ética e civil: sem o respeito devido aos que geram, transmitem e recebem a cultura, sem o reconhecimento de seu estatuto socioeconômico, não há esperanças de produção significativa e útil. Ironicamente, num horizonte mesquinho, insatisfatório e inerte, nem mesmo os circuitos do mercado, fim último nessa ideologia, podem ser favorecidos.

O eixo política-ciência, que atravessa a obra de Bacon, foi acentuado por seus seguidores: William Petty, por exemplo, descortina no *Advancement of Learning* “um paralelo muito judicioso, em muitos aspectos, entre o corpo político e o corpo natural, e entre as artes de preservar tanto a saúde como a força; e é razoável que, sendo a anatomia a melhor fundação de um, assim também o seja para o outro e que a prática política sem o conhecimento de sua *Simetry, Fabrick and Proportion, is as casual as the practice of Old Women and Emyricks*” (4).

Outros pensadores também se deram conta de que a mesma racionalidade atravessa o auto-engendramento do homem,

e os processos produtores da cultura. Considerando o programa definido por Bacon, vemos que nele se refletem os pontos nodais de sua concepção de pesquisa: 1) a preocupação com a estrutura internamente coesa das ciências, daí resultando a força de suas produções; 2) a recuperação do acervo de conhecimentos acumulado no passado, reelaborando-o rumo a novas descobertas; 3) a presença do poder público garantindo os trabalhos. Podemos ver, portanto, que ele apresenta um projeto completo de organização institucional que não é exterior à atividade científica, mas determinado pelos sentidos inerentes a ela (5).

Os requisitos acima referidos à “Sede das Letras” – base material, bibliotecas e laboratórios, integração das pesquisas, disciplina de trabalho – são exigências que, a seu juízo, “contribuem para oferecer aos homens de letras o lazer e o sossego necessários para que fiquem isentos de cuidados e inquietações, providências semelhantes às que prescreve Virgílio para a confecção das colméias onde as abelhas fabricam o mel” (6). Com efeito, a imagem várias vezes explorada por Bacon para representar o cientista é justamente a da abelha. Localizando o homem no plano da natureza, afastando toda transcendência como fundamento do saber, espalha-se em seu texto um amplo e variado bestiário. Graças a esse quadro comparativo, desenha os procedimentos intelectuais de seu tempo: “o empírico, à maneira da formiga; apenas colhe e usa; os raciocinadores, como a aranha, urdem tecidos cuja matéria é extraída de sua própria substância. A abelha fica no meio: ela extrai a matéria-prima dos campos e jardins; depois, por uma faculdade que lhe é própria, ela a trabalha e digere. [...] Portanto, de uma liga mais firme e pura entre essas duas faculdades, a experimental e a racional, muito pode ser esperado” (7).

Para que essas complexas atividades práticas e teóricas se efetivem, Bacon concebe dois eixos para a universalização do saber: um deles é de ordem temporal, articulando as bibliotecas que acumulam o saber antigo e os centros produtores de saber

3 Idem, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. II, prefácio: lat. vol. I, p. 488; ing. vol. IV, p. 286.

4 W. Petty, *The Political Anatomy of Ireland*. Indicado por Ch. Webster, op. cit.

5 Para a estrutura das ciências cf. *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. III, cap. IV; lat. v. I, pp. 548-71, ing. v. IV, pp. 344-65. Para a exposição sucinta de procedimentos formais de análise, cf. o prefácio a *The Sapientia Veterum*, lat. e ing. vol. VI. Para exemplo dos critérios de recuperação do saber antigo, cf. *Novum Organum*, L. I, LXXI: lat. vol. I, p. 181; ing. p. 72. Para o papel do Estado nas instituições culturais, cf. o texto sobre “Salomon’s House”, *New Atlantis*, v. III.

6 F. Bacon, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. II, prefácio: lat. vol. I, p. 487; ing. vol. IV, p. 285.

7 Idem, *Novum Organum*, L. I, XCV, ing. vol. IV, pp. 92-3; lat. vol. I, p. 202. Paolo Rossi faz uma exaustiva análise dos vários textos das obras de Bacon em que aparecem essas imagens. Cf. “Ants, Spiders, Epistemologists”, in Maria Fatorì (ed.), *Francis Bacon: Terminologia e Fortuna no século XVII*, Seminario Internazionale, Roma, 11-13/marzo/1984, pp. 245-69.

novo, possibilitando o olhar de conjunto – capaz de abranger passado e presente – que é primordial no conhecimento (8). O outro eixo diz respeito à integração desses saberes no espaço: a seu ver, as sociedades científicas existentes “dedicam-se a certas profissões particulares, a certos gêneros determinados” não constatando nenhuma “consagrada ao livre e universal estudo das artes e ciências”. Concorda com os que defendem o saber relacionado à prática, mas aponta o erro narrado em antiga fábula: “as partes do corpo processaram o estômago, acusando-o de não dar movimento, como os membros, nem inteligência, como a cabeça. Diziam isto, mas calavam o fato de que este mesmo estômago, após ter operado a digestão dos alimentos, os distribuiu às demais partes”. Finaliza considerando que a grande causa que impede o progresso do conhecimento é o descaso pelas ciências básicas, únicas capazes de nutrir a técnica (9). Com efeito, um dos principais alvos das invectivas de Bacon são aqueles que julgam “o estudo da filosofia e as contemplações universais como inúteis e ociosas, desatentos ao fato de que daí brota todo o suco, toda a força que se distribui às profissões e às artes” (10). Grande peso é dado às “contemplações universais”, isto é, ao conhecimento teórico.

Hoje, quando a divisão social do trabalho e os conhecimentos especializados ampliam-se ao máximo, quando o mercado invade a produção científica, privilegiando a imediatez da prática, prescrevendo urgência de resultados, conduzindo à fragmentação da pesquisa e ao declínio de sua base institucional, o programa proposto por Bacon soa intempestivo e quase utópico. Nossas universidades encontram-se carentes das bases mínimas por ele propostas: boas bibliotecas e laboratórios, pesquisadores bem pagos, solidamente formados no saber existente e aptos à atividade criadora, valorização da pesquisa fundamental, para resultados práticos relevantes, nada sumários e rápidos.

Dentre os “desatentos”, que negligenciam a pesquisa, Bacon salienta o Estado, o qual, nem mesmo para suas próprias tare-

fas, pode contar com quadros competentes pois, de seu descaso, resulta que os governantes, necessitando escolher ministros capazes de gerir os negócios públicos, encontram, ao seu redor, apenas “um deserto de homens” (11). Estivesse Bacon escrevendo nos dias de hoje e não seria mais feliz na maldição que lança sobre o poderes públicos: entre nós, nos postos mais elevados na República, em especial na esfera educativa, não se vislumbra um único estadista de concepções amplas e com verdadeiro empenho na independência do país na área científica e técnica. Pelo contrário, o que observamos é o estrito cumprimento de metas estabelecidas por organismos internacionais que restringem, com rédeas curtas, os interesses do país nesse campo, atingindo principalmente os programas de pós-graduação. Essa política liga-se, de um lado, a tais desígnios externos, mas, de outro, prende-se também às decisões internas de favorecer os chamados “centros de excelência”, fomentados pelas linhas de investigação que interessam à própria política governamental. Isso constitui um duro golpe à liberdade de pensamento e de pesquisa, extinguindo o próprio ar que as ciências respiram. Completando o quadro, o professor é tratado de forma abjeta, posto muito abaixo dos “técnicos” e “assessores” da administração, que executam, incontinenti, a estratégia do governo. São subtraídos os recursos essenciais a um projeto verdadeiramente universitário, preconizado por Bacon já na gênese da ciência moderna e sem o qual ela morre: um programa capaz de integrar o saber, abrindo-se para a colaboração intra e interdisciplinar, para o cultivo da “contemplanção universal”.

A autonomia das universidades é cercada de múltiplas formas pelas agências governamentais financiadoras de pesquisas que, na verdade, definem os parâmetros e avalizam linhas de investigação, impõem limites de tempo, definem o critério de “excelência”, resultando tudo isso na supressão da liberdade intelectual. As instituições universitárias são deixadas sem escolha: ou ajustam-se aos modelos definidos pelas “notas” dessas agências, por de-

8 Para o olhar integrador dos conhecimentos passados e presentes, entre outras passagens, a acima referida, n. 4, especialmente, no texto inglês, vol. IV, pp. 358-60; texto latino, vol I, pp. 563-4.

9 F. Bacon, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. II, prefácio: lat. vol. I, pp. 487-8 e ing. vol. IV, pp. 285-6. Semelhante doutrina foi retomada por Thomas Hobbes. Cf. *Leviathan*, cap. 10, Harmondsworth, Pelican Books, 1968, ed. C. B. Macpherson, pp. 151-2.

10 Cf. nota 8.

11 F. Bacon, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. II, prefácio: ing. vol. IV, p. 286; lat. vol. I, p. 488.

finição forçosamente baixas a fim de reduzir os investimentos, ou parecem à míngua de recursos. Esses paradigmas e escalas, que pretensamente seriam definidos pela “comunidade” de pesquisadores, na verdade provêm de cima, da decisão autoritária de burocratas, figuras que hoje estão incluídas na desolada carência de engenhos denunciada por Bacon há quatro séculos.

Seu diagnóstico não é aleatório ou limitado no tempo, mas vincula-se à própria universalidade do saber, à visão do alto, de conjunto, que constitui um ponto-chave em sua teoria do conhecimento. Concebendo a natureza como uma ordem encadeada em cujo movimento o homem se inscreve, acentuando a identidade saber-poder, a figura do indivíduo isolado aparece esmaecida no teatro do mundo: derrotar a morte, vencer o tempo e o espaço – alvos do progresso – só é atingível pelo *gênero* humano. Essa assertiva de Bacon foi pronunciada séculos após semelhante tese ter sido proposta por Platão, no *Banquete*, e séculos antes de Goethe tê-la retomado: “Só a totalidade dos homens conhece a natureza, só a totalidade dos homens vive o Humano”. Essa continuidade secular de horizontes pressupõe que o acréscimo de conhecimentos se efetive com a passagem eficaz, para a geração presente, do cabedal acumulado pelas anteriores.

O trabalho fragmentário tem, para Bacon, poucas possibilidades de sucesso. Por isso mesmo, atribui enorme importância ao que denomina “experiência letrada”, necessária sobretudo para que perdurem os registros das investigações, permitindo o seu aferimento e uso por outros. Assim como a natureza e a política, a ciência só pode ser objeto de crítica desde que suas partes sejam contextualizadas, tenham o seu lugar precisamente determinado na estrutura do todo. Esse concerto do saber, em sua produção, triagem e avanço, depende fundamentalmente do professor e da instituição científica.

Assim sendo, a palavra colhida pelos livros deve ser ativada: o ensino, como a própria ciência, é entendido como arte, como “imitação”, no sentido criador desse

termo (12), cabendo ao professor acompanhar o aluno até o ponto em que puder exercitar-se sozinho: “[...] pois os discípulos devem a seus mestres apenas uma fé provisória, uma suspensão de juízo até que estejam imbuídos da arte que aprendem, mas não lhes devem jamais a renúncia completa de sua liberdade e uma perpétua servidão do espírito [...]” (13). Nesses termos, um dos métodos aconselhados por Bacon para transmitir o conhecimento implica fazer presente, para o aluno, “o mesmo método pelo qual foi inventado [...]. Por certo é possível a um homem, em maior ou menor grau, visitar seu próprio conhecimento, traçando novamente as pegadas de sua própria atividade cognitiva [...] e por esse meio transplantá-lo em outro, tal como cresceu em sua mente” (14). O objeto de ensino é constituído não por matérias ou conteúdos estabelecidos, mas pelos próprios atos do pensamento, expostos ao olhar do discípulo.

Pela mesma época, Comenius, na *Didactica Magna*, insistia na imitação como estrita cópia dos originais: uma boa letra era conseguida com o auxílio do *programa*, isto é, um modelo de escrita posto sob um papel transparente, que permitia ao aluno redesenhar as formas e estilos nele consagrados. Face a tal procedimento, os conselhos de Bacon parecem mais abertos favorecendo a liberdade. Entretanto, sua obstinada obsessão pelos volteios prematuros do intelecto, pela propensão humana de alçar vôos, corrige essa liberalidade, pois “é diferente o método que ensina a nadar com bóias que ajudam a flutuar e aquele que ensina a dançar com sapatos de chumbo: não é fácil mostrar como a judiciosa combinação desses dois métodos contribui para aperfeiçoar as faculdades tanto da alma quanto do corpo” (15). Note-se que o trabalho intelectual não abdica do movimento, da inquietação da mente humana: ele continua, de um lado, uma dança alada e de outro, um passo grave. A imaginação, a curiosidade, o impulso para elevar-se formam um dos momentos necessários ao conhecimento; o outro é feito de perseverança, estudo, disciplina, guiando a experiência.

12 É no campo da *imitatio* que se determinam os nexos entre natureza e arte: nas investigações, o caminho é sempre “observar atenta, minuciosa e sistematicamente as operações e procedimentos da natureza, depois cogitar com agudeza sobre tudo isto, a fim de ver o que se poderia transportar de lá para as artes, pois a natureza é o espelho das artes”. *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. V, cap. II: lat. vol. I, pp. 627-8; ing. vol. IV, pp. 416-7.

13 F. Bacon, *The Advancement of Learning*, L. I, vol. III, p. 290.

14 *Idem*, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. VI, c. II: ing. vol. IV, p. 449; lat. vol. I, p. 664.

15 *Idem*, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. VI, c. IV: lat. vol. I, p. 710; ing. vol. IV, p. 495.

Realizar o trabalho contraditório e indispensável de conciliar lados dificilmente compatíveis, mas sem cuja síntese a ciência não existe, é uma tarefa que só pode ser preenchida com o acompanhamento próximo do aluno pelo professor (sobretudo se quiser transmitir-lhe suas próprias cogitações), ideal cada vez mais distante em nossas escolas: como é possível cultivar a sensibilidade e o intelecto de uma centena de alunos reunidos em uma mesma sala de aula, vistos rapsodicamente?

O método severo escolhido por Bacon denuncia a noção de liberdade ligada à ascese que resultará, mais tarde, na idéia de autonomia. O afincamento no trabalho científico, a prosaica simplicidade de sua linguagem forte, as máximas para a educação, visam justamente livrar os espíritos da *didatura*, no sentido retórico do termo, quebrando o dogmatismo gerado, a seu ver, pela metafísica posterior à submersão da filosofia pré-socrática nas ruínas da história. Um motivo constante das críticas de Bacon é o aristotelismo de seu tempo e a unanimidade enganadora em torno dessa corrente. A verdadeira concórdia reina entre aqueles que “aceitam os mesmos pontos após um exame detido e com toda a liberdade de seu julgamento. Mas a multidão jamais faz uso dessa capacidade de julgar: ela apenas concorda por causa de um mesmo preconceito e da mesma deferência pela autoridade que a todos subjuga; é antes uma sujeição comum, uma coalizão de escravos, ao invés de uma verdadeira concórdia” (16).

Ajuntamos, com isso, a pedra angular do saber e dos atos inventivos: a liberdade de pensamento e, bem antes de Descartes, a posição da dúvida (17). A concordância posterior à crítica é bem diferente da adesão indiscutida, alerta Bacon: “Quando a multidão concorda e vos aplaude, examinai-vos cuidadosamente, a fim de ver se em vossos discursos ou ações não vos teria escapado alguma tolice” (18).

Voltando ao nosso país e a nossos tempos, como aceitar – e transferir aos alunos – a autoritária unanimidade ideológica exigida por nossos governantes: suas de-

terminações (e nos interessa sobretudo os desastrosos atos concernentes à universidade) são identificadas com “o país”, colocar-se contra elas é ser “contra o Brasil”; eles próprios e só eles formam “a nação”. Da recusa a tais procedimentos embotadores, de frente única, desentranha-se a repulsa de Bacon pela popularidade como critério para avaliar o saber:

“Toda a escravidão científica nada mais é que o efeito da audácia de um punhado de homens e da inércia de outros [...] cedo ou tarde eleva-se um engenho mais astucioso, que sabe tornar-se agradável, fazer uma reputação por meios abreviados, por simplificações que, em aparência, formam um corpo de arte, mas na verdade desnaturam a produção dos antigos. Ora, este gênero de serviço não deixa de seduzir a posteridade pois facilita o trabalho. O estudo contínuo cansa e sempre se fica na iminência de abandonar a pesquisa. Se alguém, deixando-se atrair pelo consentimento unânime feito pelo tempo, saiba que nada é mais enganador e mais frágil do que esta razão sobre a qual se apóia” (19).

De novo, as advertências de Bacon não poderiam vir mais a calhar, para nossos tempos: ou a universidade mantém-se alerta contra as imposições de grupos – astuciosos, de reputações pobres e trabalhos ligeiros – ou dobra-se ao servilismo e destrói sua própria substância.

Em suma, o progresso do saber não se sustenta no brilho fugidivo do instante, nem suporta o jugo aceito passivamente. Nas proposições de Bacon sobre processos científicos o homem imita o ato de criação divina, mas seu projeto laico supera os limites sagrados, reduzindo o infinito à medida do homem e o inserindo no movimento da natureza. A partir desses pressupostos, desenha-se a teoria do conhecimento que vai, a passos contados e gradativos, dos particulares ao universal e cuja ambição não é de apenas “completar a natureza”, mas transformá-la (20). Vinculado a esse método, constiu-se um estilo de vida

16 Idem, *Novum Organum*, L. I, LXXVII: ing. vol. VI, pp. 76-7; lat. pp. 185-6.

17 Idem, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. I: lat. vol. I, p. 461; *The Advancement of Learning*, vol. III, p. 293.

18 Idem, *Novum Organum*, L. I, LXXVII.

19 *Oeuvres Philosophiques, Morales et Politiques de Francis Bacon...* Paris, Delagrave, 1836, Préface à la Grande Restauration des Sciences, p. 4. O alvo de Bacon parece ser Aristóteles (cf. a introdução de Fulton H. Anderson in *The New Organon*, Indianapolis, Bobbs-Merrill, 1983), mas o alcance de sua crítica é muito mais amplo, colhendo outras figuras da espartezza e leviandade.

20 F. Bacon, *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. II, c. II: ing., p. 294; lat. p. 294.

ascético e uma linguagem despojada, uma disciplina racionalizadora do corpo e da alma. A palavra direta, concisa, simples, é contraposta ao discurso amplificado, leve, rodopiante; a constância, a atenção contínua, a sobriedade, o silêncio, a diligência são atributos contrários ao fulgor passageiro, à sedução pelo rápido e fácil. Hoje, quando tudo ajusta-se à ordem de certo sargento do exército a jovens recrutas – rápido, ligeiro, para não pensar, para não perder tempo –, os traços desenhados por Bacon parecem ter perdido a razão de ser. Entretanto, não pode ser esquecido que seu paradigma não diz respeito a determinações exteriores ao saber instaurado nos tempos modernos, mas foi estabelecido pelo próprio fio condutor que entreteceu simultaneamente sua lógica, seus resultados, e o poder que liberam.

Com essas novas concepções, todo um estilo é inovado e transferido para o corpo e a alma: os homens são como um texto reescrito no livro da natureza. Encadeiam-se em discursos simples, claros e ordenados, assim como as coisas ordenam-se em *esquemas* (21), estruturas imaginadas que permitem a passagem do invisível ao fenômeno, sem que se destaquem os “ídolos” de um Eu auto-centrado (22).

Essa estilização simultânea do corpo e da alma, assim como da natureza, sustenta a ascese metódica. Em sua crítica às forças intelectuais deixadas a si mesmas e mal alimentadas pela experiência, situa-se a sua doutrina da igualdade trazida pelo método. É imprescindível localizar os defeitos atribuíveis ao entendimento e “ao espírito de rebelião que faz com que não queiramos nos sujeitar às próprias coisas”. “Prestar-lhe eminentes recursos” é o alvo do método. “Nenhum homem tem a mão suficientemente hábil e firme para traçar uma linha reta [...] entretanto, isto é o que não terá dificuldade de fazer com a ajuda da régua e compasso [...] Queremos, por este meio, colocar o intelecto à altura das próprias coisas” (23).

O espírito humano, em consequência dos “ídolos” nele alojados, “*is a thing variable*”, salta para generalidades abstra-

tas e inúteis enquanto a experiência metodicamente realizada se eleva gradualmente, através da natureza, até os seus princípios. O método visa aplinar as diferenças individuais e estabelecer uma igualdade genérica entre os homens: ele minimiza o cotejo de habilidades e competências, pacificando os espíritos. A disciplina e a perseverança contrabalançam os talentos inatos, ocorrendo, com isso, uma grande ampliação dos habilitados ao trabalho científico. O novo método, tornando “os espíritos quase iguais, deixa bem pouco lugar à superioridade do intelecto” entregue às suas forças nativas. Com isso, eliminam-se as tensas competições, que perturbam o andamento e continuidade das pesquisas.

Poderíamos dizer que o universo intelectual baconiano gera uma aristocracia, no sentido de que suas exigências e dificuldades são rigorosamente seletivas, excluindo critérios vulgares; de outro lado, nele se alarga ao máximo o círculo dos aptos ao conhecimento, pois as correções metódicas eliminam a primazia dos dotes inatos. Nessa luz, poderíamos convir que sua reforma do intelecto tem um acento democrático, na medida em que opunha uma igualdade abstrata, imamente ao método (24), às concepções que, em sua época, faziam o elogio do *wit*, do engenho naturalmente rico, agudo, rápido, brilhante, próprio ao homem bem dotado, bem “nascido” (25).

As argumentações referentes ao método igualizador e ao movimento gradual do saber confluem para o projeto central de vencer a mortalidade. Nunca tarefa do indivíduo isolado, nunca sectário, o saber deve assentar sobre fundamentos mais sólidos. “O poder e a grandeza do homem está em ampliar os limites de seu império sobre a natureza.” Este alvo – dominar o eterno – não é assustador por ser tarefa do gênero. Por isso mesmo, não pode ter por base coisas passageiras, como o engenho e seu brilho, suas riquezas, seus excessos. O trabalho da ciência é duplamente gradativo: o conhecimento vai paulatinamente dos sentidos ao intelecto, das coisas elementares às formas eminentes; seus resultados acumulam-se também no mesmo andamen-

21 Cf. *Novum Organum*, L. I, CXII e II.

22 Cf. *Novum Organum*, L. I, XII - XLIV

23 Cf. *De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, L. v, cap. II: ing. vol. IV, p. 412; lat. vol. I, p. 622.

24 Tal é o parecer de Christopher Hill. Essa “democratização” já passou, de um lado, pelo crivo de Marx [*Kritik des Gothaer Programms*, F. A. M. Fischer Bücherei, 1956, pp. 202 e segs.] e de outro, pela crítica de Nietzsche [*Jenseits von Gut und Böse*, § 268, *Nietzsche Werke. Kritische Gesamtausgabe*. Colli, G. und Montinari, M., Sechst Abteilung, zweiter Band, Berlin, Walter de Gruyter & Co. 1968, pp. 231 e segs.]

25 John Lilly, no título mesmo de seu trabalho – *Euphuus: the Anatomy of Wit* – acentua o caráter natural desses predicados. Cf. W. G. Crane, *Wit and Rethoric in the Renaissance. The Formal Basis of Elizabethan Prose Style*, Gloucester, Mass, 1964.

to. Portanto, a adição de saber pressupõe que à desigualdade natural se sobreponha a igualdade artificial do método, permitindo que a ciência avance numa progressão lenta; o juiz que avalia seus resultados é a *história*, o conjunto de fatos conhecidos e encadeados.

Creio que o escopo atribuído por Bacon à ciência, o ordenamento de sua produção, a grandeza da instância avaliadora, são suficientemente claros: o patrimônio assim gerado é coletivo no mais amplo espectro, articulando os conhecimentos presentes e sua continuidade futura; o árbitro de tudo isso é o próprio desenvolvimento da humanidade, a contribuição incorporada a seu patrimônio cultural. O trabalho é lento, a formação do cientista é longa, a disciplina difícil, e os resultados são conseguidos num processo de revezamento, em que o bastão passa para novos colaboradores. Todo esse complexo depende essencialmente de estabilidade nas instituições universitárias, do ritmo compatível com as exigências da investigação, dos recursos suficientes para garantir tal equilíbrio, do vagar e cuidado na formação das gerações sucessivas.

Todos esses requisitos são óbvios, hoje em dia, para qualquer pesquisador responsável, empenhado verdadeiramente em seu trabalho; mas eles não o são para a burocracia que administra o seu tempo, o seu espaço e os seus recursos. No plano da produção científica respeitada e significativa, não há como abreviar a formação de pessoal habilitado: é improdutivo impor prazos curtos e inexoráveis para a realização de mestrados e doutoramentos, assim como é absurda a concessão de graus rápidos, de segunda categoria, obtidos quase por correspondência, entre orientadores e alunos mantidos a distância (como nos diplomas “interinstitucionais”); é inconseqüente a “avaliação” do saber por medidas quantitativas, pelo número de publicações, de citações, etc., tema a que voltarei. A História é o juiz do saber, não o burocrata que estipula notas e deprime os tetos de sua atribuição, ou os governantes que decidem deixar a universidade pública à míngua, como traste supérfluo e obsoleto.

Conseqüência decisiva da matriz metodológica preconizada por Bacon é a gênese de uma nova relação com a linguagem. É preciso ater-se à palavra difícil e severa, sem lançar-se a dissertações engenhosas, errar negligentemente em discursos ilusórios e agradáveis, passeando por assuntos diversos. A conduta científica é refratária aos interesses menores que podem dela derivar: em várias passagens Bacon reprova as distorções do saber praticadas pelo “rebanho de estudiosos completamente mercenário; são todos homens da lisonja ocupados em se exhibir”. Do saber existente, só extraem o que pode lhes proporcionar vantagens. Vencer as disputas frívolas e a vaidade, apagar o lustro fútil e excluir a adulação perniciosa, são preceitos que se fazem acompanhar de outro, fundamental ao sábio e à cultura, isto é, a tenacidade que permeia todos os procedimentos: o estudo rigoroso dos dados empíricos, o tratamento teórico e a demonstração das descobertas. É esta paciência que preenche a fissura entre homem e natureza, palavra e coisa. É ela a primeira e fundamental disciplina do espírito, para que ele não se desgarre e perca no acidental.

Vaidade, impulso dominador, lisonja mútua tramam, sem exceção, a sociabilidade – doméstica e internacional – dos grupos acadêmicos que se autoconcebem como excelentes, por essa via integrando-se internamente e excluindo os demais. A esse respeito, passo a um importante exemplo de como essa rede solidária de compromissos – gerada pela própria dinâmica do mandarato – pode levar a profundas distorções dos conhecimentos, pondo em xeque os chamados “critérios objetivos de avaliação”, tal como o número de citações recebidas. Pode haver confluência, conduzindo ao pior, entre condutas intelectuais e medidas de avaliação: daí não só decorrem erros graves, como o próprio instrumento de aferição já nasce viciado, impedindo qualquer medida válida e fidedigna. Isso é muito grave, por tratar-se de comportamentos que atingem, sem exceção, todas as áreas da atividade científica, em toda parte.

Minhas evidências reportam-se a estu-

dos que, integrando-se ao processo de cristianização dos mitos gregos e latinos, fazem tentativas de aproximar Prometeu e Adão. No século XVI registra-se menção desse vínculo; entretanto, justamente nesse tempo, quando se firmava o interesse pelos estudos de mitologia comparada, os meios cristãos não se mostraram favoráveis a equacionar as duas narrativas. Henri Estienne, na *Introduction au traité préparatif des merveilles anciennes avec les modernes...* (1567) procede a uma

“[...] comparação dos relatos grego e cristão sobre a idade de ouro [...] ‘tomando-a não da Bíblia, mas dos poetas, os quais, geralmente, por causa de sua profissão, lhe são contrários, isto é, são tão mentirosos quanto ela é verdadeira’. O autor resume, depois, a fábula de Prometeu e Pandora, segundo Hesíodo, concluindo: ‘Eis as fábulas nas quais são disfarçadas as verdadeiras histórias da criação de Adão e Eva e de sua transgressão: tomando por Adão o primeiro homem forjado por Prometeu, e esta jovem chamada Pandora, por Eva (que, levada a Adão, foi causa de seu mal), interpretaram esse fogo roubado do céu, pelo qual os homens chegaram ao conhecimento das artes mecânicas, como o fruto que deu a Adão e Eva o conhecimento do bem e do mal’” (26).

A preocupação dominante no período, como fora anteriormente na Idade Média, é evidenciar a superioridade da Bíblia face ao conto mitológico (27): nas primeiras tentativas de confrontá-las, no século XVI, define-se uma atitude puramente negativa, vendo-se nas lendas gregas “apenas os travestimentos mendazes e perigosos das verdades cristãs. A assimilação se faz menos sobre o plano ‘histórico’ que numa ótica automaticamente destrutiva” (28). Nas tentativas modernas de integrar o mito grego ao cristianismo, R. Trousson indica o modo como, partindo de materiais precisos, mas infletidos e ampliados numa seqüência de afirmações infundadas, as interpretações vão construindo fantasias que acabam repetidas como certezas seguras. Com risco

de demorar-me, procurarei indicar o percurso assim reconstituído, pois ele é elucidativo dos procedimentos que podemos detectar em grupos intelectuais que subcrevem interpretações comuns e repetitivas.

No exame da fantasmagoria engendrada pela inobservância das fontes e correlatas generalizações insustentáveis, o referido autor parte da identificação Prometeu-Cristo. Aponta, inicialmente, como

“Clemente de Alexandria viu na fábula da criação do homem por Prometeu uma prefiguração pagã da criação divina segundo a Bíblia. Em seguida, cita a célebre passagem de Tertuliano, *Prometheus ... Deus verus et omnipotens*, insistindo ser esta a única frase que parece autorizar a assimilação do mito grego à narrativa bíblica. Não obstante, continua ele, a falta de outros testemunhos não impede certos autores apressados de enunciar uma lei: ‘é evidente [...] que a antiguidade e o cristianismo fusionaram-se precisamente na sobrevivência da lenda de Prometeu [...] A *literatura patrística* mostra perfeitamente a tendência de cristianizar o Mito’. O autor propõe-se, então, evidenciar como, de conto em conto, desenvolveu-se um ‘verdadeiro mito’, em torno dessa afirmação de Tertuliano [...]” (29).

Para reconstruir a linha de transmissão que levou às distorções atuais, Trousson parte do romântico Edgar Quinet, o qual, nos meados do século XIX, apoiou-se em uma “fonte inglesa” para afirmar que os *fundadores do cristianismo* teriam, muitas vezes, comparado o “suplício do Cáucaso à paixão do Calvário”, interpretado a figura de Prometeu como um “Cristo antes de Cristo”. Entretanto, uma vez verificada a referida fonte, evidenciou-se que ela própria registra única e tão-somente Tertuliano, não o coletivo acima (os *fundadores...*). Desde então firmou-se a idéia de que se poderia encontrar, *por toda a Patrística*, um *Prometheus Christus*, crença esta baseada em “afirmações gratuitas, segundo as quais muitos autores teriam feito a assimilação, sem nunca citar outra autoridade a não ser Tertuliano” (30). De Tertuliano

26 R. Trousson, *Le Thème de Prométhée dans la littérature Européenne*, Genève, Droz, 1976. Para as referências a Máximo de Tyr, t. I, p. 72; para a identificação Prometeu-Adão no século XVI, t. I, p. 76, n. 54; para as informações sobre Henri Estienne, p. 95.

27 Cf. J. Seznec, *La Survivance des Dieux Antiques*, Paris, Flammarion, 1993.

28 T. Trousson, *Le Thème de Prométhée...*, op. cit., v. I, p. 96.

29 Idem, *ibidem*, v. I, pp. 73-4. Para as citações de Clemente de Alexandria: *Stromat*, V, XIV, 241; de Tertuliano, *Adversus Marcionem*, I, 1, 247. Para a generalização infundada: G. Habich, *Ueber zwei Prometheus-Bilder angeblich von Piero di Cosimo*, s. ed. p. 15.

30 R. Trousson, *Le Thème de Prométhée...*, op. cit., v. I, p. 74 e n. 48 e 49. A citação de Quinet: *Préface a Prométhée*, Paris, 1875, p. X. A fonte citada por Quinet: Stanley, *Th. Aeschylus Tragoediae septem...* Londini, Typis J. Flescher, prostant apud C. Bee, 1863, p. 714. Trousson cita os muitos autores e obras que fizeram coro a essas afirmações. Cf. pp. 74-5, n. 50 e 51.

passou-se à literatura patrística, daí aos fundadores do cristianismo, para depois abranger toda a patrística, através de assertivas sem fundamento.

A crítica do século XX não se fez mais cautelosa: continuou a aceitar enunciados sem verificá-los, fiel à identificação Prometeu-Cristo, atribuída aos *Padres da Igreja*. Afirma-se, por exemplo, uma ligação mística entre o Cáucaso e o Gólgota, vista como “*lugar comum poético* desde Tertuliano”; ou a descoberta, pelos Padres da Igreja, dos sofrimentos do Titã como símbolo místico da paixão do Redentor. Assertivas do mesmo tipo multiplicam-se no inventário elaborado por Trousson, até chegarem à mais completa fabulação: “*Tertuliano, Lactancio, Santo Agostinho e os Padres da Igreja* não deixaram de notar a espantosa semelhança entre a história de Prometeu e a do Cristo... *Toda a Idade Média Cristã* [...] viu no Prometeu de Ésquilo uma prefiguração do Cristo”. Seu inventário termina com Simone Weil, escrevendo que “a história de Prometeu é como a refração na eternidade da paixão de Cristo. Prometeu é a ovelha sacrificada desde a fundação do mundo”. Na vertente de Pandora, deparamos com igual imprudência: “D. e E. Panofski notam que ‘Tertuliano [...] faz apelo à Pandora de Hesíodo como a uma figura de retórica mostrando a perfeita aliança e fusão de todas as coisas e, por consequência, aplicável à perfeição e à totalidade do Cristo’. Um de seus fiéis seguidores arremata: ‘Tertuliano considerava Pandora como [...] uma imagem do Cristo’ (31).

Com razão, em seus comentários, Trousson frisa como é difícil mudar certezas estabelecidas e como leituras apressadas favorecem generalizações abusivas.

Interessa-nos crucialmente sua observação de que essa linha interpretativa “desenvolveu-se em vasos estanques, com todos os críticos citando-se uns aos outros, até fazerem de Tertuliano o porta-voz autorizado da literatura patrística inteira” (32). Faltou a Trousson identificar que a “tradição” resistente, as generalizações infundadas, mas repetidas como certezas, têm, elas

próprias, premissas doutrinárias, fios condutores que recolhem e infletem as informações, sistematizando-as no sentido determinado pelos pressupostos aceitos, no caso, o ideário romântico em seus nexos com o cristianismo.

No relato acima, a interpretação tornou-se cumulativamente equivocada, pela rede de referências intragrúpis. Essa espantosa anamorfose produzida por figuras respeitáveis é um eloquente testemunho contra os chamados “critérios objetivos” de avaliação universitária, feita com instrumentos de medida viciados, mormente nas hierarquias por número de citações. Dadas as formas de coesão interna e referência mútua difundidas pelos blocos acadêmicos em todas as áreas de trabalho, aqueles aparatos podem estar aferindo e valorizando produções erradas ou insignificantes e, ademais, podem não medir o que pretendem: o número de referências pode indicar apenas uma capela que se apóia reciprocamente, não a importância do que seus fiéis publicam. Em resumo, o triste resultado é que a pretensa avaliação não aquilata os reconhecimentos de qualidade, mas mede, isto sim, o *marketing* dos membros de uma banda, com seu alarido.

Observamos em setores bem distantes da história das idéias, como a medicina, resultados igualmente equívocos. N. Chomsky relata um exemplo perfeito de como a publicação de literatura médica pode estar sujeita à censura ideológica. Seu ponto de partida é o preconceito que opera, calado, nos bastidores editoriais. Nos Estados Unidos – a terra das oportunidades iguais para todos – a negação da estrutura de classes e de suas consequências permeia a opinião pública (“classe é palavra que não se menciona”) e atinge silenciosamente os critérios de revistas especializadas. Chomsky relata:

“As estatísticas sobre qualidade de vida, mortalidade infantil, expectativa de vida, etc. são normalmente separadas por raça. No final, os negros têm sempre as piores estatísticas em comparação com os brancos. Foi realizado um estudo interessante

31 R. Trousson, *Le Thème de Prométhée...*, op. cit., v. I, pp. 74-6. Para as referências aos autores citados, cf. n. 51-52. Para a citação de Simone Weil, p. 76, n. 53. Para as referências a Pandora, p. 77.

32 R. Trousson, *Le Thème de Prométhée...*, op. cit., v. I, pp. 75 e 76.

por Vicente Navarro – um professor da Johns Hopkins que trabalha com saúde pública. Ele decidiu analisar as estatísticas novamente, considerando os fatores de raça e classe. Ele pesquisou, por exemplo, trabalhadores brancos e trabalhadores negros, comparando-os com executivos brancos e executivos negros. Descobriu que a grande diferença entre negros e brancos era, na verdade, uma diferença de classe. Se você observar os trabalhadores pobres brancos e os executivos brancos, verá que a distância entre eles é enorme. O estudo era evidentemente relevante para a epidemiologia e para a saúde pública. Ele submeteu-o, então, às principais revistas médicas norte-americanas, mas todas o rejeitaram. Ele então enviou-o ao maior periódico médico do mundo, *The Lancet*, na Grã Bretanha. Foi aceito imediatamente” (33).

Mas, poderia ser argüido, o pesquisador afinal de contas conseguiu publicar seu meritório trabalho e, mais ainda, em um periódico de máxima reputação. Não se pode esquecer, no entanto, que ele era professor de uma universidade renomada, Johns Hopkins, e que isso certamente abriu-lhe o caminho para *The Lancet*. Russel Jacoby mostra o quanto a posição institucional pesa nas escolhas editoriais. As comissões de revistas especializadas em princípio ignoram o autor que assina o artigo a elas submetido, como garantia de equidade nos vereditos. Entretanto, um importante professor americano faz explícita e abertamente objeções radicais contra esse procedimento, argumentando, com cinismo, a partir de uma perspectiva “deconstrucionista”: se o poder satura a sociedade, fragmentando-se e permeando suas instituições, se a cumplicidade com o poder é universal, “isto significa que os feitos e malfeitos universitários não são melhores ou piores do que qualquer outra coisa”. Nesse horizonte, ele recusa a apreciação pelos “méritos intrínsecos”, baseada em um processo seletivo neutro: “Isto seria uma ficção, tudo é enviesado e ‘político’. Por estas razões é relevante saber quem escreveu o ensaio e que posição pro-

fissional ocupa. O ‘mérito’ é inseparável da estrutura da profissão e portanto o fato de que alguém ocupa certo cargo nessa estrutura, não pode ser irrelevante na avaliação daquilo que produz’ [...] *Status* e prestígio na profissão determinam o valor das contribuições [...]”. Em suma, as principais revistas publicam os principais professores das principais escolas (34).

Essa defesa da parcialidade desentra- nha-se de uma inacreditável concepção dos objetivos universitários: por causa e de acordo com o capitalismo dominante, é preciso pôr em circulação o “capital profissional”, isto é, “assessorar revistas e editoras, escrever recomendações, servir de árbitros para editoras e fundações, mercantilizar nossos alunos de pós-graduação, recrutar para nosso próprio departamento, organizar congressos, aparecer em congressos” (35). Identifica-se a vida universitária com a mais lamentável rotina do carreirista; com isso sufoca-se qualquer veleidade do espírito, sobretudo nos jovens obrigados a sobreviver nesse turbilhão absolutamente estéril.

Os parâmetros para financiamentos de pesquisa não ficam atrás. Em comitês constituídos para escolher os agraciados, a posição institucional é, em princípio, também dada como irrelevante; de fato, o contrário acontece, sendo o posto universitário o que mais conta. Um assessor desses comitês certa vez apoiou um “candidato proveniente de Bates College, uma pequena escola de artes liberais. Afinal, o candidato havia publicado vários livros. Outro membro, um professor de Ucla, não quis saber de nada. Primeiro, Bates não tinha pós-graduação; segundo, e acima de tudo, Bates e seu candidato eram de segunda categoria [...]”. O luminar de Ucla argumentou: “Digamos assim. Está certo, ele publicou livros. Mas se tivesse algum valor, estaria ainda em Bates?”. No mesmo comitê sentava-se um professor de Yale (36).

As evidências acima expõem quanto o critério quantitativo de publicações é viciado. Seja no plano político-ideológico mais amplo, como no caso relatado por

33 N. Chomsky, *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. Brasília, UnB, 1993, pp. 103-4.

34 R. Jacoby, *Dogmatic Wisdom*, New York, Doubleday, Anchor Books, 1994, pp. 182-3.

35 Idem, *ibidem*, p. 183.

36 idem, *ibidem*.

Chomsky; seja na tática dos grupos profissionais auto-referidos, como na fantasia do *Prometheus Christus*; seja na cínica sociologia do capitalismo justificando a montagem de máquinas de prestígio e poder; seja na reserva de privilégios pelos mandarins, os processos de dominação têm enorme peso nos critérios “objetivos”. Eles são funestos não apenas por serem abstratos, numéricos, alheios à qualidade, mas também por abrirem caminho para muitas astúcias e autoritarismos igualmente “objetivos”, como punir quem, por imposições do próprio trabalho, publica menos, barrar candidatos, fortalecer seitas, ampliar manobras. Tais parâmetros não colhem graus de excelência, mas de vanglória, preconceito, poder de classe, presunção, ganância. Em resumo, na presumida “objetividade” interferem vastos processos, em curso tanto na sociedade como nos grupos menores, que escapam inteiramente ao controle da burocracia produtora dessas medidas: desde a dinâmica do “mundo animal do espírito”, em que imperam a vaidade, a lisonja, as lutas por prestígio, passando pela estrutura de classes no capitalismo e pelo carreirismo que pretende justificar-se teórica e criticamente, até a crua dominação da intelectualidade dominante. Com esses graves comprometimentos, chegamos a deparar-nos com o paradoxo de um *metro desmesurado*, com o disparate de escalas produzidas com elementos desconhecidos e incontroláveis por seus construtores.

A doutrina do *publish or perish*, com a “produção acadêmica monitorada pelo uso de *performance indicators*, medindo o número de palavras publicadas por ano”, também alcança o absurdo: “Wittgenstein, que morreu em 1951 tendo publicado apenas um pequeno artigo depois do *Tractatus* em 1922, simplesmente não teria sobrevivido a tal sistema”. Por certo, nem todos são Wittgenstein; mas essa lembrança eloqüente e engenhosa de Michael Dummett recebe pleno sentido face ao seu apanhado crítico dos males que invadem a universidade inglesa. Dummett ressalta as pressões do governo e de suas agências no sentido de engessar os trabalhos de pós-graduação.

Nesse ponto, ele poderia estar descrevendo as nossas próprias mazelas: “As universidades não têm escolha exceto cooperar na organização da esqualida disputa em que os estudos pós-graduados se transformaram, introduzindo os novos ‘incentivos’ para seus professores e fornecendo os dados para o processo de avaliação”. Parece-lhe “tão condenável, num país capitalista quanto num comunista, que políticos decidam como uma universidade deve funcionar; mas é catastrófico quando tais políticos demonstram total ignorância da necessidade de julgar a produtividade acadêmica com base em princípios diferentes dos aplicáveis à indústria”. Quanto a critérios “mais sofisticados”, como contar o número de citações recebidas, o comentário de Dummett é curto e forte: “Frege jamais sobreviveria a tal teste; seus escritos foram raramente citados em sua vida”.

A seu ver, os critérios quantitativos e pesquisa universitária são em essência contraditórios: “A superprodução derrota o propósito mesmo da publicação acadêmica”. Essa inversão perversa parece-lhe variar segundo os campos do saber. “Historiadores podem ignorar muito da produção de seus colegas, por serem irrelevantes para seus períodos; filósofos raramente são especializados a ponto de poderem desconsiderar qualquer coisa em vista de seu objeto”. Em consequência, a seu ver, não faz sentido varar uma “plethora de livros e artigos nem bons nem maus na esperança de encontrar algum verdadeiramente elucidativo para os problemas com que estão lutando; portanto, se forem sensatos, irão ignorá-los por completo”. É perfeita a sua conclusão sobre os “ideólogos que, em sua arrogância, nos impõem seus ideais equivocados [...] Somos compelidos externamente a aceitar suas exigências; conservemos internamente os nossos próprios valores” (37).

Essa posição deve ser eficaz para um professor inglês pertencente a universidades carregadas de tradições, onde, a despeito de tudo, pode manter firme o seu arbítrio, gozando das condições materiais e padrão intelectual preconizados por seu

37 M. Dummett, *Frege: Philosophy of Mathematics*, London, Duckworth, 1991. Tive a oportunidade de tomar conhecimento desta obra por intermédio do prof. dr. Paulo Francisco Estrella Faria, do Departamento de Filosofia da UFRGS.

predecessor Bacon e garantidas pelo Império. É bem verdade que ele próprio ultrapassa os muros universitários ao publicar suas críticas no prefácio de um livro prestigioso. Mas, como proteger valores internos neste país, onde mesmo as faculdades mais antigas só recentemente foram reunidas em uma instituição “consagrada ao livre e universal estudo das artes e ciências”? Por certo a USP herdou uma tradição acadêmica, ainda que por pessoa interposta – a missão francesa – a qual certamente frutificou, mas que é frágil e vulnerável face às coerções externas, talvez mais violentas que as detectadas por Dummet na Inglaterra. O poder de resistir é menor, com o agravante de que nas universidades brasileiras os agentes desses descabros são alguns de seus próprios membros: quem não se lembra da lista dos improdutivos produzida nas comissões da reitoria, por avaliadores que persistem hoje, incansáveis, no mesmo afã? (A isto voltarei.) Não temos uma tradição firme, visível, capaz de resguardar os *campi* dessa destruição exterior; por isso mesmo é necessário um esforço redobrado de memória para nos orientarmos em sua defesa. Para o bem ou para o mal, somos herdeiros do tipo de conhecimento desenvolvido nas sociedades ocidentais modernas e não podemos esquecer que ele surgiu acoplado a formas de poder, motivo pelo qual alinhei aspectos marcantes das reflexões de F. Bacon. Mas que sentido tem essa cópula saber-poder? Sabemos que ela pode levar a desastres, desde o ato de pirataria de Clinton contra países que supostamente abrigavam o terrorismo, até o lastimável professor que a usa no miúdo, em causa própria, apresentando seu alvo como necessidade universal.

Próximas às teses de Bacon, encontramos reflexões que podem precisar o sentido produtivo daquela cópula. Refiro-me ao mito de Prometeu, cujas velhas imagens são portadoras de conceitos profundamente inscritos na sociedade ocidental, constituindo, em sua recepção moderna, o modelo que entrelaça geneticamente conhecimento, técnica e poder. Abrindo o

Renascimento, Boccaccio apresenta essa lenda segundo uma perspectiva secularizante, acentuando suas funções de ordem cognoscitiva, pedagógica e política (38). Depois de noticiar fontes latinas e de referir-se a Ésquilo (via Cícero) (39), propõe-se “ver quem é esse Prometeu, o qual é certamente duplo, como é duplo o homem que se procria”. “O primeiro é Deus verdadeiro e onipotente”, que fabricou “o homem do barro da terra, como imaginam que fez Prometeu, ou a natureza das coisas; o outro produziu os restantes, imitando o primeiro, também de terra, mas com uma técnica distinta da de Deus” (40). Esse primeiro personagem é dito *Prometheus... Deus verus et omnipotens*, retomando a famosa declaração de Tertuliano, mas “em um sentido que não pode deixar dúvidas quanto à pretendida assimilação cristã” (41).

Está em jogo, nesses enunciados, a produção do mundo, processo em que Boccaccio alinha um demiurgo divino, um artista mítico *que o imita*, e o próprio movimento da *daedala natura*. Com efeito, Prometeu sintetiza duas faces: uma, endeuzada, reporta-se à atividade produtiva arquetípica; a outra, tecnicamente diversa da demiurgia divina, opera com a imitação do modelo, caso em que entram também os processos naturais. Assim, uma linha contínua, vinculando saber e técnica, atravessa esses momentos, de modo tal que os planos do divino, do homem e da natureza, em suas diferenças de modelo e cópia, participam desse ponto nodal, a capacidade criadora.

A atenção dominante, no relato de Boccaccio, está voltada para esse atributo humano produtivo, associado à educação, ao saber e à responsabilidade de interferir e plasmar o universo político.

“O segundo, é o próprio Prometeu que (deixando a sucessão do pai Japeto e afastando-se da família) foi para a Assíria e, passado algum tempo, após ter ouvido os caldeus, notáveis nessa época, retirou-se para os cimos do Cáucaso. De onde, tendo compreendido, com grande reflexão e ex-

38 G. Boccaccio, *Genealogia Deorum Gentilium in Tutte le opere di Giovanni Boccaccio*, a cura di Vittore Branca, Mondadori, 1965, vol. VII-VIII. Para este artigo utilizo *Genealogia de los Dioses Paganos*, M. Consuelo Alvarez y M. Iglesias (eds.), Madrid, Editora Nacional, 1983, c. XLIV, pp. 266-74.

39 Citação de Cícero: *Tusculanae disputationes*, II, 10, 23.

40 Boccaccio, *Genealogia...*, op. cit., p. 268.

41 R. Trousson, *Le Thème de Prométhée...*, op. cit., p. 88, n. 16.

periência, o curso dos astros, a natureza dos raios e as causas da maioria das coisas, voltou à Assíria e ensinou a astrologia e a observação dos astros. E visto que ignoravam por completo os costumes dos homens civilizados, guiou-os de modo tal que, os tendo encontrado incultos e quase selvagens, vivendo como as feras, os tornou homens civilizados, como que feitos de novo” (42).

Todo o espírito das transformações visadas é resolutamente profano: o percurso de Prometeu tem um momento teórico – seu aprendizado e contemplação, que revertem no ensino – e um momento prático – a transformação do estado natural, bruto, em uma paisagem cultivada.

Na caracterização do segundo Prometeu repete-se a mesma estrutura já proposta para a criação divina: ele é duplo, sintetizando o homem natural e o civilizado. Os procriados pela natureza ficam “incultos e ignorantes, ou, melhor dizendo, agrestes e bestiais, quando não se instruem”. Em torno deles situa-se o “segundo Prometeu, isto é, o homem civilizado, que colhendo-os como se fossem de pedra e como que os criando de novo, os ensina e instrui e, com suas demonstrações, os converte de homens naturais em civilizados” (43). Mesmo o roubo do fogo reporta-se à “clareza da educação no peito do homem de barro, isto é, do ignorante”. Sem essa luz, sem o auxílio da educação, as forças da alma “se entorpecem de modo que mais parecem brutos que animais racionais” (44).

Em toda a leitura de Boccaccio, a importância das atividades artísticas, inclusive a imitação, dá a chave para o desenvolvimento de suas interpretações: não há um estado de natureza idílico; pelo contrário, ele é selvagem, bestial. No início do capítulo, Boccaccio cita Horácio acentuando aquela ferocidade: “Diz-se que Prometeu, obrigado a ajuntar ao limo primitivo uma partícula tirada de todas as coisas, colocou em nosso estômago a violência do leão cruel [...]” (45). Frente à natureza, ciência e cultura assumem o caráter de salvação, transformando brutos em humanos e igno-

rância em sabedoria. De um lado, esse cultivo exige concentração: “Não alcançamos a clareza da verdade nos teatros e praças públicas, mas separados em lugares solitários, onde fazemos observações em apuro do silêncio e, com abundante meditação, investigamos as causas das coisas”. De outra parte, todo o contexto mítico tem por horizonte uma concepção civil da vida humana e das atividades da alma, tanto sensíveis quanto racionais: cabe ao herói que alcançou o conhecimento transmiti-lo e polir seus próximos.

“[Embora] a idéia de um Prometeu instruindo os homens já fosse encontrada na *Idade Média* [...] jamais a criação divina havia sido considerada como uma etapa, um estágio que pertence ao homem modificar e melhorar com seus esforços [...] ‘Pela primeira vez desde *Ésquilo* o mito de Prometeu encontra-se unido à história da cultura e do progresso: pela força da educação o homem eleva-se acima da natureza e constrói um universo próprio [...]. Prometeu [...] não é mais um culpado; seu exílio no Cáucaso torna-se voluntário, uma busca desse isolamento favorável ao pensamento e à criação” (46).

Boccaccio afirmava a importância das culturas antigas, grega e latina, para as novas concepções de saber científico, literário, artístico e político. Defende-se da pecha de ostentação por transcrever versos gregos, expondo a necessidade de recobrar os conhecimentos originais: “É néscio buscar nos rios o que podes obter da fonte”. Embora possuísse os livros de Homero e os tivesse usado em sua obra, admite que deles muito se pode conhecer através dos antigos, dos quais, “como dos rios, não há dúvida que poderia tê-los tomado e amiúde os tomei; mas alguma vez me pareceu muito melhor tomá-lo da fonte que do rio. E não raro não foi encontrado no rio o que era muito abundante na fonte”. Seus argumentos sintetizam preceitos conservados no saber moderno: às informações obtidas diretamente em seu foco de produção, ajunta-se outro elemento, de teor estético, concernente ao

42 Boccaccio, *Genealogia...*, op. cit., c. XLIV, pp. 268-9.

43 Idem, *ibidem*, c. XLIV, p. 269.

44 Idem, *ibidem*, c. XLIV, p. 270.

45 Idem, *ibidem*, c. XLIV, p. 266.

46 R. Trousson, *Le Thème de Prométhée...*, op. cit., p. 90.

prazer proporcionado por um texto bem construído; e mais um, de ordem crítica, envolvendo a verificação das referências: “Se houver quem não dê crédito ao verso escrito por mim, encontrado a *Ilíada* ou a *Odisséia*, poderá ver facilmente se escrevi coisas verdadeiras ou falsas” (47).

A essas reflexões, em que aparecem exigências modernas – observação original e controlada, exposição eficaz, demonstração dos enunciados –, Boccaccio ajunta outras, de igual ou maior importância, tendentes hoje a serem esquecidas, no afã de aderir à última palavra. Reconhecendo os nexos de sua própria obra com o pensamento antigo, reafirma a antiga tradição de mesclar versos gregos e escrita latina contra os que supõem ser esse “um trabalho frívolo, visto que hoje ninguém mais conhece as letras gregas, abolindo-se o velho costume”. Diante disso, lamenta a preponderância da cultura latina e seu fechamento, dificultando o saber: “Os antigos latinos não trouxeram consigo da Grécia todas as coisas, ficaram muitas ignoradas por nós; se as conhecêssemos, poderíamos ser melhores” (48).

Subjaz, nessas palavras, a premissa essencial a toda produção científica: a liberdade de pensamento capaz de afrontar o dogmatismo, negando a censura do senso comum contemporâneo. Boccaccio reclama para si a honra de ter reintroduzido a cultura grega na latinidade: com seus esforços, afirma, garantiu a presença de um professor de grego pago com dinheiros públicos; com seus próprios recursos fez “chegar os livros de Homero e de alguns outros gregos a Etrúria”; alega ter sido o primeiro a ouvir a *Ilíada*, logo fazendo com que “fossem lidos em público os livros de Homero” (49). Diante do saber renascente, Boccaccio atua como um Janus de duplo olhar: recolhe uma tradição observada pelos latinos antigos e perdida pelos novos, volta-se para a cultura grega e a recupera como forma de regeneração de seu próprio tempo. Seu cultivo e difusão do saber grego abrem, no dogmatismo eclesiástico, uma das primeiras brechas que, em reiteradas lutas, iriam alargar-se

pelo Renascimento (50).

De outro lado, enfatiza o aprendizado necessário a essa renovação: de Homero, distante no tempo, diz que, embora “não o tenha compreendido suficientemente, compreendi o quanto pude”. Não obstante, a outros chegou a apreender por completo, pela “fecunda explicação” de seu mestre. Diante das resistências que encontrou, lamenta os ataques sofridos, mas mostra-se confiante na própria força do conhecimento: “Quanto aos doutos, creio que não dirão estas coisas; quanto aos demais [...] a paciência tem poder”. Com efeito, a multiplicação, na Itália, dos centros de estudos gregos, com o ensino da língua, foi fundamental para a renovação da cultura na passagem para o renascimento, quebrando os padrões da escolástica tardia (51). Boccaccio é atacado por, destoando do estabelecido, “passar por cima do acostumado em nossa época”.

Nessa defesa de Boccaccio vemos aparecer, em outro registro, as posições que seriam desenvolvidas por F. Bacon, estabelecendo os princípios inerentes ao saber moderno, sem os quais ciências e artes inexistem. No limiar do Renascimento define-se a pesquisa inovadora e rigorosa, a recusa dos parâmetros rotinizados, a necessária paciência para romper sua crosta resistente. Com tudo isso, recupera-se o saber original e criador, alheio aos métodos costumeiros e às certezas estabelecidas que, em nome da atualidade, o recusam: se ninguém mais sabe grego, dizem os prisioneiros do presente imediato, porque exumar Homero e seus pares?

Coragem, persistência, trabalho original e sólido tecem as armas com que enfrentar o olhar exíguo e míope que vê o conhecimento nos pequenos limites da estria “modernidade”. Só o poder de mobilizar uma tradição significativa, aliada às inovações, pode manter o conhecimento ativo, útil, à altura de seu tempo. A renovação da cultura visada por Boccaccio, a busca de um saber “arcaico”, isto é, que tenha implícitos os seus princípios básicos e operativos, não se determinaram de modo aleatório, mas dirigiram as mudanças rumo

47 Para todas as referências acima, cf. Boccaccio, *Genealogia...*, op. cit., cap. VII, pp. 883-4.

48 Boccaccio, *Genealogia...*, op. cit., cap. VII, p. 884.

49 Idem, *ibidem*.

50 Cf. E. Garin, *Umanisti, Artisti, Scienziati. Studi sul Rinascimento Italiano*, Roma Editori Reuniti, 1989, pp. 93-5.

51 Por todos esses motivos, torna-se muito discutível o juízo de J. Seznec sobre Boccaccio, considerando-o “homem da Idade Média” (*La Survivance des Dieux Antiques*, Paris, Flammarion, 1993, pp. 258-9). A clara decisão, acima apontada, de romper os limites da cultura neolatina de seu tempo mediante um paradigma metodológico, o situa bem melhor no limiar do Renascimento e das transformações que se iniciavam. R. Trousson diverge parcialmente de Seznec: cf. *Le Thème de Prométhée...* op. cit., pp. 89-91.

a uma ciência profana e racional, que traz implícito o poder de interferência no mundo físico e humano. Ele “havia mostrado que Prometeu podia encarnar as aspirações da nova era, onde a cultura e o incessante esforço do homem por instalar-se no centro do universo iriam tornar-se a preocupação fundamental”. Ciência-técnica-política são as vigas-mestras das figuras de Prometeu, na recepção de Boccaccio, que retoma o mito grego traduzindo-o para seu tempo. Se o saber moderno assim se constituiu, torna-se essencial perguntar: saber e poder *para quê?*

São os resultados deletérios desse tipo de conhecimento e da correlata dominação política e cultural, que reconhecemos impressos no texto de Adorno colocado como epígrafe. Se a razão, soberana e inclemente, herdeira da Revolução Francesa, trouxe consigo tais calamidades, convém imaginarmos o que seria o mundo construído pelo seu mais acerbo crítico, o romantismo e as doutrinas da Restauração. A idéia de uma sociedade republicana, laica, igualitária, móvel, tolerante e livre, seria substituída por um modelo enraizado no sentimento, segundo um programa autoritário, dogmático, religioso, intolerante, hierarquizado, estático, tradicional. Neste último paradigma, não há como interferir na estrutura política e socioeconômica: seu movimento é orgânico, natural, e a vontade soberana que a rege é aristocrática, divina e eterna. Nos ordenamentos regidos por atitudes e práticas racionais, subsiste sempre a possibilidade de intervir: mobilidade e controle dos seus componentes e das forças em ato constituem os princípios de sua configuração e desenvolvimento, princípios também de sua inteligibilidade e poder.

Não é por acaso que os mais importantes pensadores antigos e modernos – de Platão a Maquiavel, a Marx – não conceberam a história política como inexorável, perscrutando o modo racional de nela interferir e controlar seus aspectos ruinosos. Num universo definido pela ciência e pela técnica, dominado pelos centros hegemônicos do processo eufemisticamente dito “globalização”, só haverá

esperança para os que conseguirem estar à altura desse complexo poderosíssimo, enfrentando-o com suas próprias armas. O longo trabalho da teoria, a acumulação e uso prudentes dos conhecimentos, a prática desvinculada da imediatez, ainda são os instrumentos capazes de enfrentar a violência com que os interesses lucrativos, acoplados à cobiça dos poderes públicos, estilhaçam a sociedade e a cultura, destruindo as esperanças de conter a força apocalíptica que se desencadeou entre nós e sobre o mundo todo, em cujo cenário as palavras de Adorno encontram perfeita adequação.

Se o saber racional nos abriu a possibilidade de controle do mundo físico e humano, aqueles que pretendem usar os seus instrumentos de poder precisam fazê-lo com plena consciência das forças que movem, questionando os contextos em que se inserem e os fins que visam. Caso contrário, poderão transformar-se em vítimas das astúcias dessa forma de inteligência, repondo o mundo que imaginam transformar. Se houver bem-intencionados no violento programa de “modernização” que está sendo imposto às universidades, deles será o reino dos tolos e logrados. Os outros, de plena consciência, criminosamente fecham o campo do saber: cortam verbas, desviam recursos de bolsas, sufocam os *campi* e institutos, reduzem quadros, aviltam pagamentos, impedem a comunicação profissional. Em uma palavra, realizam meticulosamente os projetos preconizados pelos braços internacionais dos grupos dominantes, que visam manter inalterada a sua hegemonia: como exemplo, as restrições determinadas pelo BID e servilmente seguidas por nossas autoridades educacionais.

Se procurarmos descobrir como as universidades públicas chegaram a esse estado de penúria, devemos lembrar que esse projeto vem sendo longamente cogitado e posto em prática. Cedo encontrou seus autores e porta-vozes. Um marco nesse sentido foi a eficácia empresarial reclamada pelo prof. Goldemberg quando reitor da USP. Um sinal desse programa foi a desventurada lista dos improdutivos, de triste

memória; não por acaso professores importantes reagiram contra ela, nos exatos termos das seculares exigências de pesquisa, expondo a decorrente depreciação dos salários, exigindo critérios internos de avaliação acadêmica, defendendo o necessário vagar dos trabalhos, denunciando o possível enfraquecimento, pelo descrédito, de seus membros e de sua produção (52).

Essa lista constitui um ponto no processo bem mais amplo, tendente a fragilizar a USP. Podemos retroagir uma década para encontrar os germes da política atualmente imposta às universidades pelo governo. O lento e pertinaz movimento corrosivo encontra um de seus momentos fortes na entrevista do prof. J. Arthur Giannotti, à *Folha de S. Paulo*, em 1987, na qual anunciou, sorridente, que o Cebrap constituía “a negação da universidade” (53). O cauteloso repórter explicou aos leitores menos versados no jargão hegeliano que Giannotti evocara esse conceito, que “significa ao mesmo tempo ultrapassamento e conservação, para dizer que o Cebrap mantém aquilo que a universidade perdeu; é um centro produtor de idéias e um local de debate e formação intelectual onde os aprendizes de pensadores podem conviver com ‘os grandes nomes’ da cultura andando pelos corredores”. Aí temos a *Aufhebung*, o processo que levou a universidade, enquanto ponto focal de inteligência, a esgotar-se e desaparecer nas ruínas da história, com o Cebrap elevando-se à “matriz do moderno pensamento social e político do país”. Nessa dialética sente-se fortemente o odor de incenso, junto com o rufar dos tambores que acompanham os cebrapianos travestidos de “oligarquia veneziana” (palavras de Giannotti), arrastando o pesado e impossível encargo de efetivar mais uma síntese: “o profissionalismo intelectual norte-americano (do qual, diga-se de passagem, já vimos algumas belas facetas) e a erudição e o requinte da aristocracia universitária européia” (da qual estamos afastados anos-luz, já pela jactância de Giannotti). Esta a base do novo “centro de excelência” em que o Cebrap afirmou ter se transformado. O grave dessa arrogância é que ela nutre tentati-

vas de poder exercitadas não apenas em favor de um grupo, mas *contra* qualquer outro: para o Cebrap existir, seria mister desaparecer a universidade.

Infelizmente para Giannotti a USP não morreu e manteve-se aberta, através das duras penas bem conhecidas por quem as enfrentou. Mas a semente desmoralizadora da universidade persistiu até que alguns membros ou clientes do Cebrap, atualmente no poder, deslanchassem o projeto inicial de afogar as universidades em favor dos “centros de excelência”. Bresser Pereira e Paulo Renato Souza, também velho companheiro de lides, levaram com raro autoritarismo e eficácia o programa de refazer a burocracia de Estado e de frear as universidades, suprimindo recursos essenciais e privilegiando assessorias e “centros de excelência”. Agora, Giannotti pode ter percebido que, desaparecendo as universidades, não mais haverá o plantel onde recrutar os “aprendizes de pensamento”, os acólitos dos monges do saber que resolveram “viver a fábula da liberdade, como se fosse um convento da Idade Média” (palavras de F. Henrique) (54).

E o Convento converteu-se em Senado. Com efeito, o projeto do Cebrap projeta-se sobre um pano de fundo mais amplo, de ambições políticas desde cedo encarnadas na instituição e na sua clientela. Já nessa época desenhavam-se os seus meios e fins: Fernando Henrique já acusava de catastrofista a crença de que “o golpe vai atrasar, a exploração vai aumentar, o país não vai crescer”. Nesse contexto, lembra de Octavio Ianni, que o criticara “porque dizia que o regime militar havia integrado o país no sistema de produção internacional e isso tinha conseqüências sociais”. Diz ainda: “Nós tínhamos formação científica, rigorosa, acadêmica, conhecíamos o mundo, tínhamos já publicado muita coisa, não podíamos embarcar nessa visão estereotipada e bastante vulgar das coisas”. Como se pode ler nessas linhas, bem antes do famoso “esqueçam o que escrevi”, Fernando Henrique já havia passado por uma autocrítica de ordem prática, “esqueçam o que eu fiz”. De fato, sua formação científi-

52 Um bom exemplo é o artigo do prof. Walter Coli, falando com a responsabilidade de presidente da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (Cert). Cf. “Marajás e Improdutivos”, publicado pela *Folha de S. Paulo*.

53 Cf. “A Nova Cara do Cebrap”, entrevista de José Arthur Giannotti à *Folha de S. Paulo*, em 22 de setembro de 1987, p. A-29.

54 Cf. “Cardoso Quer Revisão do Marxismo”, entrevista com Fernando Henrique Cardoso, P. Singer e F. de Oliveira, registrando suas discordâncias. Cf. *Folha de S. Paulo*, 22/9/1987, p. A-29.

ca – feita na USP – é boa e não lhe faltam inteligência e intuição política: por isso mesmo, sua escolha foi no rumo que já prenunciava nos idos do Cebrap: colocar o país – de corpo, alma e patrimônio – na “integração do sistema internacional”. Para tanto, usou seus conhecimentos da estrutura e dinâmica da sociedade brasileira para mobilizar seus componentes mais conservadores e deletérios; de outro lado, valeu-se do sistema de poder exterior para ajustar-se às suas brechas.

Um resultado exemplar e pernicioso desse estado de coisas, para os destinos das universidades e junto com elas, para os rumos da ciência e tecnologia, estampa-se nas restrições impostas pelas agências governamentais aos programas de pós-graduação, seguindo rigorosamente instruções do BID. São óbvias as vantagens que daí advirão para os países desenvolvidos, vendedores de tecnologia avançada: forma-se, em seu benefício, uma reserva de mercado composta por uma população suficientemente educada para consumir tecnologia, mas não para produzi-la, fazendo com que essa necessidade perpetue a dominação externa.

Este breve diagnóstico procura acentuar como as instituições universitárias estão gravemente ameaçadas por forças desenvolvidas extramuros. Mas é preciso nos darmos conta, ainda, de que processos internos às escolas as vêm enfraquecendo. Uma suposta “democratização do saber” acumulou uma quantidade de alunos absolutamente desproporcional aos recursos materiais e humanos disponíveis: ou se diminui o corpo discente, ou se formam bem as novas gerações, alargando os quadros docentes. As próprias instâncias de política acadêmica e cultural, internamente às universidades, foram desfeitas pela mesma ilusória vulgarização: os professores perderam seu estatuto próprio e seus canais específicos de afirmação. De um corpo social equiparado à Magistratura, os universitários diluíram-se na massa de “trabalhadores”, confinados em organizações sindicais alheias aos requisitos da ciência e da técnica, do ensino e da pes-

quisa. Seus objetivos são politicamente outros. Justiça seja feita, na recente quebra de braço entre governo e universidades federais os movimentos docentes foram valorosos.

Ademais, instâncias peculiares às organizações acadêmicas, como vários colegiados, foram enfraquecidas em favor de fragílimas associações profissionais. Esse modelo pode ser eficaz nos Estados Unidos: hegemonia e prestígio transitam pelas reuniões das sociedades docentes: nelas, carreiras se definem, redes de relações são estabelecidas, aparecem as ofertas de emprego e tramitam as buscas de candidatos a postos, contratos são encaminhados, comportamentos são aferidos conforme as ideologias vigentes. No Brasil, onde tudo é mais estabilizado, a sociabilidade acadêmica transcorre por outros canais e nada acontece naquele nível: as influências decisivas formam-se no plano pessoal, nos contatos informais quotidianos, o provimento dos cargos se faz por concursos ou, de fato também, pela seleção premeditada de alguns eleitos, sobrevivência autoritária das antigas cátedras. No máximo, em termos de comando, essas associações podem promover os ocupantes de seus cargos, que passam a circular em esferas oficiais e então, conforme seus pendores, beneficiam as áreas que representam ou a si próprios. Mas, enquanto corpo acadêmico, nenhuma resistência têm apresentado.

Mesmo as reitorias foram atingidas nessa diluição das fontes específicas de poder: perdendo a posição que lhes dava competência para tratar os negócios da universidade diretamente com o governador, ficaram na dependência (para nada menos que dotações de verbas) do que se decide alhures, nos gabinetes do Executivo ou nas salas da Assembléia Legislativa. A autonomia universitária torna-se limitada, com o risco de resumir-se, ao fim e ao cabo, em gerir as imposições governamentais. Em um mundo em que há cada vez maior concentração de poder, as universidades aplicaram-se em fragmentar as suas próprias estruturas.

Se tivermos consciência de que nossas tarefas de ensino e pesquisa assentam sobre os nexos entre saber e poder, que sob esta égide mantêm-se as forças dominantes no mundo atual, se nossos objetivos são produzir conhecimentos e liberar a força que lhes é imanente, sabendo que disto dependerão as gerações futuras e os interesses do país, então será preciso revigorar

as linhas *institucionais* de poder, capazes de enfrentar, à altura, o impacto que nos impõe, de fora, o próprio estranhamento da vida intelectual. Não podemos nos fechar no conforto de nossos valores internos: estes perecerão – estão perecendo – rapidamente, se não nos defendermos com energia, recusando ir em lágrimas para o matadouro, qual ovelhas impotentes.
